




Cadastro:	SEJU	
Em:	16/02/2017 11:19	
Assunto:	ESTRUTURA, ORGANIZACAO	
Protocolo:	Vol.: 14.476.022-0 1	Cidade: CURITIBA / PR
		Origem: SUPERINTENDE
		Código TTD: -
Nº/Ano Dcto:	61/2017	
Interessado 1:	MINISTÉRIO DO TRABALHO	
	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO DO	
Interessado 2:	-	
Palavras chaves:	INFORMACAO	
Complemento:	SOLICITA QUE CONSTE NOS CONTRATOS DE TRABALHO DOS APRENDIZES NO ESTADO DO PARANÁ, A PREVISÃO DE APLICABILIDADE DO PISO SALARIAL REGIONAL AOS MESMOS, A FIM DE GARANTIR AO ESTADO DO PARANÁ A APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DE PROTEÇÃO INTEGRAL, PREVISTO NA CONSTITUIÇÃO	
Para informações acesse: <a href="http://www.eprotocolo.pr.gov.br/consultapublica">www.eprotocolo.pr.gov.br/consultapublica</a>		



**Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Paraná**  
Rua José Loureiro, 574, Centro - CEP: 80.010-924 Curitiba/PR – Fone 41-3901-7548 – Fax: 041-3901-7544.  
Gabinete do Superintendente

Ofício GAB/SRTE-PR 061.2017

Curitiba, 13 de Fevereiro de 2017.

**A Sua Excelência o Senhor**  
**ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO JÚNIOR**  
**Secretário de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos no Estado do**  
**Paraná**  
**Palácio das Araucárias**  
**Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n**  
**Centro Cívico**  
**Curitiba – Pr**  
**CEP 80530-140**

**Assunto: Aplicabilidade do piso salarial regional aos aprendizes – Aprendizagem Profissional**

Exmº Senhor Secretário,

Cumprimentando-o cordialmente a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Paraná vem expor para apreciação, o programa de aprendizagem profissional no âmbito do estado do Paraná e ao final pedir o que segue.

A aprendizagem profissional representa um dos principais meios de inserção qualificada de adolescentes e jovens de 14 a 24 anos de idade no mercado de trabalho. Garante um contrato formal de trabalho, de até dois anos, com a principal finalidade de propiciar aos jovens o acesso à formação técnico-profissional metódica organizada em programas que combinem aulas teóricas e atividades práticas, podendo inclusive se apoiar na utilização de ambientes simulados (laboratórios). Contribui, assim, para o ingresso do jovem no mundo do trabalho, segmento etário que historicamente tem dificuldades em obter uma ocupação formal. A aprendizagem se apresenta também como uma importante estratégia de transição entre a escola e o trabalho, na medida em que articula a contratação formal do jovem, sua permanência na escola e sua qualificação profissional teórica e prática, na qual o aspecto social/educativo/formativo se sobrepõe ao produtivo. A combinação entre qualificação profissional, escolaridade e experiência profissional irá potencializar as chances de ingresso qualificado no mercado do trabalho no

futuro, impactando positivamente a trajetória ocupacional dos beneficiários, em especial os adolescentes, jovens e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade e risco social.

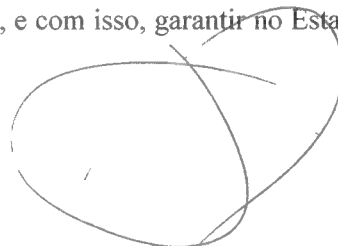
Contudo, por ocasião da realização de ações fiscais do projeto Inserção de Aprendizizes desta SRTE/PR tem-se identificado que algumas empresas fixam o salário de aprendizes utilizando como parâmetro valores inferiores ao estabelecido em piso regional de que trata a Lei Complementar nº 103, de 14 de julho de 2000, e que se entende deva ser assegurado como condição mais favorável aos aprendizes, conforme se depreende do parágrafo 2º do artigo 428 da CLT e do parágrafo único do artigo 17 do Decreto nº 5598/2005.

Com efeito, é entendimento que não se pode fazer uma leitura dos referidos dispositivos legais, que dispõe sobre o salário do aprendiz, divorciada de uma interpretação do próprio direito fundamental à proteção integral, bem como da natureza irrenunciável e alimentar do salário e da garantia do mínimo existencial digno aos aprendizes, que entendemos ser o piso salarial regional estabelecido na legislação estadual. Garantir a condição mais favorável à fixação do salário do aprendiz, não é nada mais do que garantir o mínimo, sendo medida que visa assegurar dignidade à formação profissional de adolescentes, jovens e pessoas com deficiência, ampliando as suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho e tornando mais promissor o futuro da nova geração.

No entanto, diminuta parcela das empresas de nosso estado não tem utilizado o piso salarial regional como parâmetro para cálculo do salário dos aprendizes, sob a alegação de que existe controvérsia jurídica, posto que a Lei do Estado do Paraná não faz menção expressa aos aprendizes.

A título exemplificativo, com a observância do atual piso salarial instituído pela Lei do Estado do Paraná nº 18766/2016, os aprendizes vinculados a programas de aprendizagem destinados à formação de “Agentes, assistentes e auxiliares administrativos” (CBO 4110XX), que possuam jornada semanal de 20 horas semanais, têm salário-hora de R\$ 5,41 (R\$ 1190,20/220) e respectivo salário mensal de R\$ 559,02 (R\$ 5,41\*20\*4,285\*7/6), valor este já observado pela maioria absoluta das empresas em nosso estado.

Em face disso, com o propósito de assegurar segurança jurídica aos contratos de trabalho dos aprendizes em nosso estado, venho respeitosamente solicitar para essa pasta interceda junto ao Governo do Estado do Paraná para que expressamente conste a previsão de aplicabilidade do piso salarial regional aos aprendizes, e com isso, garantir no Estado do Paraná

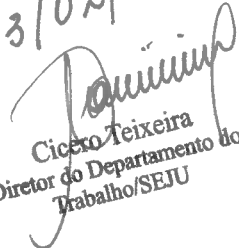


plenamente a aplicabilidade do Princípio da Proteção Integral (artigo 227 da Constituição Federal de 1988).

Por seu turno, as empresas além de cumprirem sua função social, contribuirão para a formação de um profissional mais capacitado para as atuais exigências do mercado de trabalho. Mais que uma obrigação legal, portanto, assegurar a eficácia à integralidade da legislação que disciplina a aprendizagem é uma ação de responsabilidade social e um importante fator de promoção da cidadania, redundando, em última análise, numa melhor produtividade para toda a sociedade.

Respeitosamente,

  
Paulo Alberto Kroneis  
Superintendente Regional do Trabalho e Emprego no Paraná

*Recebido em*  
*13/02/2017*  
  
Cicero Teixeira  
Diretor do Departamento do  
Trabalho/SEJU